Nomeio, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o júri proposto, para efeitos de condução do procedimento de contratação pública, dentro das competências que lhe são fixadas pelo CCP;

Subdelego no Sr. Secretário-Geral da Administração Interna, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do CCP, as competências para a prática dos atos subsequentes atribuídas pelo mesmo diploma, ao órgão competente para a decisão de contratar;

Subdelego ainda nos dirigentes máximos das entidades públicas adquirentes a autorização para a outorga do contrato;

Subdelego ainda, nos dirigentes máximos das entidades públicas adquirentes, a competência para nos termos do artigo 295.º e 296.º do CCP, proceder à liberação ou execução da caução prestada no âmbito do procedimento.

30 de outubro de 2018. — A Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, *Maria Isabel Solnado Porto Oneto*.

311782733

Secretaria-Geral

Despacho n.º 10584/2018

Por despacho da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna de 18 de outubro de 2018, foi autorizada a renovação da licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), concedida a Ivone David Yan, técnica profissional de 1.ª classe, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019, nos termos do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril.

2018.10.31. — O Secretário-Geral, *Carlos Palma.*

311780498

Guarda Nacional Republicana

Comando-Geral

Despacho n.º 10585/2018

Por meu Despacho de 26 de outubro de 2018, proferido no uso da competência delegada pelo Exmo. Comandante-Geral, é promovido ao posto de Cabo, por antiguidade, nos termos do artigo 119.º e da alínea *b*) do artigo 256.º, ambos do EMGNR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro, o Guarda-Principal de Infantaria (1980099) Renato António Mendes Freire, em 27 de maio de 2016.

Fica colocado na lista de antiguidade da sua categoria, quadro e posto, à esquerda do Cabo de Infantaria (1980200) António João Gibão Barroso e à direita do Cabo de Infantaria (1980151) Hugo Miranda Reiche.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia 1 de janeiro de 2018, por força da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

29 de outubro de 2018. — O Comandante do Comando da Administração de Recursos Internos, *Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva*, Major-General.

311777866

Despacho n.º 10586/2018

Por Despacho de 30 de outubro de 2018, do Exmo. Comandante-Geral, em suplência, é promovido ao posto de Coronel, por escolha, nos termos do artigo 117.º e da alínea *f*) do artigo 201.º, ambos do EMGNR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março, o Tenente-Coronel de Infantaria (1910776) Manuel Fernandes Borlido da Rocha, em 11 de dezembro de 2017.

Fica colocado na lista de antiguidade da sua categoria, quadro e posto, à esquerda do Coronel de Infantaria (1910770) Jorge Manuel Ribeiro Goulão e à direita do Coronel de Infantaria (1910765) Jorge Ludovico Bolas.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia 30 de maio de 2018, por força do Despacho n.º 5342/2018, do Exmo. Comandante-Geral, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 103, de 29 de maio e em conformidade com o Despacho Conjunto n.º 4298-B/2018, de S. Ex. o Ministro da Administração Interna e da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 82, de 27 de abril.

31 de outubro de 2018. — O Comandante do Comando da Administração de Recursos Internos, *Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva*, Major-General.

311783057

JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 16602/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência da notificação em 24 de novembro de 2016, da pena disciplinar de demissão, aplicada a Paula Maria Cardoso da Fonseca, escrivã auxiliar do mapa de pessoal do Núcleo de Loulé, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Faro, foi extinto o vínculo de emprego público estabelecido com aquela oficial de justiça, por motivos disciplinares, com efeitos a 25 de novembro de 2016.

31 de outubro de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

311780408

Aviso (extrato) n.º 16603/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2004, de 20 de junho, torna-se público que por despacho do Senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça de 31.08.2018, foi designada em regime de substituição, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Processamento de Remunerações, da Direção-Geral da Administração da Justiça, a Licenciada Micaela Silva Lopes, técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, ao abrigo do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atualizada, com efeitos a 01.09.2018.

O despacho de designação fundamentou-se no facto da designada possuir o perfil indicado para a prossecução das atribuições e objetivos da unidade orgânica em causa e revelar aptidão para o exercício do cargo, conforme evidenciado na nota curricular anexa.

31 de outubro de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres.*

ANEXO

Nota Curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Micaela Silva Lopes
Data de nascimento: 17 de novembro de 1978

II — Habilitações académicas:

Licenciatura em Ciências Sociais — Ciência Politica e Administrativa, pela Universidade Aberta;

Frequência e conclusão do 1.º ano do Mestrado em Politicas de Desenvolvimento em Recursos Humanos, no ISCTE — IUL.

III — Formação profissional:

Curso de Especialização em Gestão Administrativa de Recursos Humanos, ministrado pelo INA, com duração com duração de 120 horas;

Frequência em diversas ações de formação profissional realçando-se "Processamento de Remunerações e Prestações Sociais, Processamento de Suplementos Remuneratórios e Outros Abonos", "Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas", "Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública", Regime de Férias Falta e Licenças", "A Proteção Social dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas", "A Proteção na Maternidade, Paternidade e Adopção — Parentalidade", "Construção do Diretório de Competências e Gestão da Formação Profissional nos Organismos Públicos", todos ministrados pelo INA. "O Novo Código do Procedimento Administrativo", ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, "Legix", ministrado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, "O Novo Regime Jurídico da Função Pública", "Análise de dados com SPSS — Statistical Package for the Social Sciences — Inicial", ministrado pela Direção Geral de Reinserção Social, Microsoft Excel, ministrado pela Rumos,, "O novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)", ministrado pela CEGOC, "Relações Humanas e Liderança" ministrado pelo Centro de Formação da UEL, "Liderança e Gestão de Equipas", ministrado pela Profiforma.

IV — Percurso Profissional na Administração Pública:

1 de abril de 2002 — inicio de funções, como assistente administrativa, com contrato administrativo de provimento, no Agrupamento de Escolas e Jardins de Infância do Litoral da Lourinhã, área de recursos humanos, Ministério da Educação;

1 de julho de 2007 — nomeada como assistente técnica do quadro de pessoal do Instituto Superior Ciências do Trabalho e da Empresa, área de administração geral, no Departamento de Psicologia Social e das Organizações, Ministério da Ciência e Ensino Superior;

1 de fevereiro de 2010 — celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, como assistente técnica, área de processamento de remunerações, no mapa de pessoal da Direção Geral de Reinserção Social;

16 de dezembro de 2013 — início de funções, como assistente técnica, em regime de mobilidade interna, área de processamento de remunerações, na Direção Geral de Administração da Justiça;

1 de julho de 2014 — celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, como Técnica Superior, do mapa de pessoal do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, área de Recrutamento e Gestão de Trabalhadores, do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social;

1 de setembro de 2015 — celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, como Técnica Superior, na Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais;

1 de novembro de 2017 — início de funções, como técnica superior, em regime de mobilidade na categoria, na Direção Geral de Administração da Justiça, com funções de coordenadora na Divisão de Processamento de Remunerações.

311780562

Aviso (extrato) n.º 16604/2018

No âmbito do procedimento concursal comum aberto pelo Aviso n.º 9611/2017, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 161, de 22 de agosto de 2017, com vista ao preenchimento de oito postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração-Geral da Administração da Justiça, mediante celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, notificam-se os candidatos do seguinte:

1 — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, doravante designada por Portaria, a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e excluídos resultante da aplicação dos métodos de seleção, foi homologada por despacho do Senhor Subdiretor-Geral da Administração da Justiça de 7 de novembro de 2018, por delegação do Diretor-Geral (Despacho n.º 8144/2017, publicado na 2.ª série, n.º 181, de 19/09/2017), e pode ser consultada no átrio da entrada do edifício onde se encontra sediada a Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ), sita no Campus de Justiça, Av. D. João II, n.º 1.08.01 D/E, Ed. H, 1990-097 Lisboa, e na página eletrónica da DGAJ em http://www.dgaj.mj.pt/sections/files/dgaj/procedimentos-concursais/procedimento-concursal6837/2017/aviso-de-abertura-n-9611/aviso-de-abertura-n-2478/.

2 — Assim, nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 36.º da Portaria, consideram-se notificados os candidatos do ato de homologação da lista unitária de ordenação final.

3 — Mais se informa que do ato de homologação pode ser interposto recurso hierárquico, nos termos do n.º 3 do artigo 39.º da Portaria.

9 de novembro de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

311806969

Despacho (extrato) n.º 10587/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por despacho do Senhor Subdiretor-Geral da Administração da Justiça de 26 de outubro de 2018, por delegação:

José João de Matos Marques, Escrivão de Direito do mapa de pessoal do Núcleo de Sintra, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste — autorizada a permuta para idêntico lugar de Escrivão de Direito do mapa de pessoal do Núcleo de Cascais, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste.

Clara Lourenço Sobral, Escrivã de Direito do mapa de pessoal do Núcleo de Cascais, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste — autorizada a permuta, para idêntico lugar de Escrivão de Direito do mapa de pessoal do Núcleo de Sintra, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste.

Prazo para início de funções: 2 dias

31 de outubro de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres.*

311781429

CULTURA

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

Louvor n.º 511/2018

Ao cessar funções como Secretário de Estado da Cultura, expresso público louvor aos membros do meu Gabinete, nomeadamente:

À Chefe do Gabinete, Isabel Maria Cuvreau de Mendonça Corte-Real;

Aos adjuntos:

Francisco José Sales da Silva Guerra;
Henrique Daniel Dias Pinto Ferreira;
Maria João Silveira de Aragão Lamy Sanina;

Aos assessores:

Ana Rute Ferreira da Silva;
Anabela Custódio Afonso;
Maria Gomes de Oliveira Xavier;
Rita Pais de Brito Castel-Branco Giraldes;
Rita Pinto de Freitas Montez Melancia;
Tiago Nuno de Sousa Bartolomeu Costa;

Às secretárias pessoais:

Cristina Isabel Vicente Pires dos Santos;
Luísa Cristina da Silva Bobela Motta;

Aos elementos de apoio técnico-administrativo:

Felismina Maria Coelho Lima Barata;
Maria da Conceição Candeias Pão Mole Pereira de Carvalho;
Maria Goreth de Almeida e Silva;

Aos motoristas:

João Miguel Duarte Rodrigues;
Pedro Manuel Madeira de Sousa.

As qualidades humanas e profissionais que evidenciaram, designadamente a inexcedível dedicação, o sentido de responsabilidade e a competência com que desempenharam as suas funções, constituíram um inestimável contributo para um excelente ambiente de trabalho e merecem o meu reconhecimento pessoal e profissional.

15 de outubro de 2018. — O Secretário de Estado da Cultura, *Miguel Honrado*.

311740426

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Despacho n.º 10588/2018

1 — De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, foi aberto procedimento concursal para seleção do titular do cargo de direção intermédia de 1.º grau, de Diretor de Serviços de Tecnologia e Sistemas de Informação (DSTSI), da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), previsto na alínea *c*) do n.º 1, e n.º 2 do artigo 1.º, bem como no artigo 2.º da Portaria n.º 144/2012, de 16 de maio.

2 — O referido procedimento foi publicitado através do aviso n.º 8522/2018, do *Diário da República* n.º 118/2018, 2.ª série, de 21 de junho, e na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta OE201806/0660.

3 — Concluído o procedimento, de acordo com os respetivos condicionalismos e formalismos legais, o Júri do concurso propôs a designação do candidato Jorge Miguel Colaço Teixeira, por ter considerado que, entre os candidatos presentes a concurso, este evidenciou ter o perfil mais adequado para o exercício das funções em causa, tendo em conta as competências técnicas e de gestão, a experiência profissional e as aptidões comportamentais que manifestou na avaliação curricular e na entrevista pública.

4 — Nestas condições, e nos termos dos n.os 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, designo para exercer